

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL

Consideraciones Sobre La Frontera Brasil/Bolivia En Mato Grosso Do Sul

Lucilene Machado Garcia ARF*

Resumo: Este texto objetiva fazer algumas considerações sobre a área fronteira Brasil/Bolívia, que abarca Corumbá/Puerto Quijarro/Puerto Suárez, em Mato Grosso do Sul, com foco na negação cultural que subsiste no perímetro. Os brasileiros tentam negar a influência boliviana e, o povo boliviano nega sua própria identidade passando por brasileiro. Apresentamos algumas das complexas estratégias de identificação cultural que funcionam problemáticamente na faixa limite entre os três municípios. O espaço que une é o mesmo que separa, o que reitera a necessidade de debates, tendo a consciência de que não resta outra condição que não seja a de compartilhar o mesmo território.

Palavras chave: Escola de Fronteira, identificação cultural, multiculturalismo.

Resumen: Este texto objetiva hacer algunas consideraciones sobre la zona fronteriza que incluye Corumbá/Puerto Quijarro/Puerto Suárez, en Mato Grosso do Sul, con énfasis en la negación cultural que subsiste en el área. Los brasileños intentan negar la influencia boliviana y el pueblo boliviano niega su propia identidad al intentar confundirse con brasileño. Presentamos algunas de las complejas estrategias de identificación cultural que funcionan problemáticamente en la franja límite entre los dos municipios. El espacio que une es lo mismo que separa, lo que reitera la necesidad de debatir el tema con la consciencia de que no resta otra opción que no sea la de compartir el mismo territorio.

Introdução

Corumbá é um município da Região Centro-Oeste do Brasil, situado no estado de Mato Grosso do Sul e a mais antiga deste estado, pertencente à Mesorregião dos Pantanaís Sul-Mato-Grossenses e à Microrregião do Baixo Pantanal. Considerada a maior cidade pantaneira, está estrategicamente localizada, o que contribuiu, num passado não mui distante, para a entrada de mercadorias europeias. Localiza-se após a serra de Albuquerque (que finaliza o Pantanal ao sul), no último trecho facilmente navegável do Rio Paraguai para embarcações de maior estatura. Além disso, está posicionada à beira do Pantanal, o que garantiu um rápido e rico crescimento entre o final do século 19 e começo do século 20, quando a borracha da Amazônia passou também a ser exportada. Foi

* Doutora em Teoria Literária, Mestra em literatura e Estudos Culturais, Professora adjunta Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Coordenadora do Projeto Escolas Interculturais de Fronteira 2014. E-mail: lucilenemachado@terra.com.br

Palabras claves: Escuela de frontera, identificación cultural, multiculturalismo.



também um importante entreposto fluvial do município de Cuiabá e Cáceres, ambos importantes centros fluviais da região, em uma época em que só se chegava a Corumbá pelo rio, fatores que contribuíram para que fosse centralizado, temporariamente, no município, o parlamento estadual e, por pouco, Corumbá não foi aclamada como a capital do estado.

O gentílico dos habitantes da cidade é corumbaense e de acordo com estimativas do IBGE 2014, possui uma população de 108 010 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa de Mato Grosso do Sul. É também o 5º município fronteiriço mais populoso do Brasil. Com exatos 64 960,863 km² de área territorial, o município de Corumbá é o 11º maior município em extensão territorial do Brasil (o maior fora da região Norte) e o primeiro na Região Centro Oeste.

É uma cidade multicultural com influências culturais árabes, italianas, portuguesas, sul-americanas (paraguaios, argentinos, uruguaios, bolivianos), índios, com grande riqueza cultural em sua culinária e música. Corumbá é um destino turístico reconhecido graças a sua beleza natural e aos seus vários eventos como carnaval, Festival América do Sul, Festival Latino Americano de Arte e Cultura, Festa Junina de São João, entre outros.

A fronteira entre Brasil/Bolívia representada por Corumbá/Puerto Quijarro/Puerto Suárez é uma extensa fronteira seca e possui livre acesso dos

indivíduos no tráfego entre os dois países. Não há fiscalização rígida, nem obstáculos físicos que impeçam o trânsito, tanto de pessoas como de veículos, exceto quando em épocas de operações militares com o intuito de repressão ao tráfico de entorpecentes e criminalidade. Porém, não chega a ser uma área marcada pela violência, nem ao menos se compara às grandes cidades de outros Estados do Brasil.

Esta fronteira em Mato Grosso do Sul, pode ser considerada um tanto peculiar se comparada à fronteira que temos com o Paraguai. Subsiste nesse perímetro uma negação cultural de ambos os lados dos territórios envolvidos. Os brasileiros tentam negar qualquer influência que seja denominada como boliviana. Negam categorias específicas como alimentação, moda, música... ainda que essas estejam explicitamente cristalizadas no passado e no presente de seus habitantes. Por outro lado, o povo boliviano nega sua própria identidade ao tentar (se) convencer de que é brasileiro. Existem complexas estratégias de identificação cultural e pertencimento que funcionam problemáticamente no país boliviano e se potencializa na região da fronteira em nome de uma superioridade atribuída ao Brasil. O espaço que une é o mesmo que separa, o que reitera a necessidade de debater o assunto com a consciência de que não resta outra condição que não seja a de compartilharmos esse território. A outra lógica que resta é a da exclusão, da opressão, da intolerância, do preconceito, o que não promoverá nenhum desenvolvimento na educação, tampouco em outros segmentos político-sociais.

Aparentemente, na educação, estamos juntos buscando os mesmos ideais, tentando nos compreender, dentro do espaço físico da universidade e da escola, mas como investigadores sabemos que esta é ainda uma unidade bastante frágil e artificial e que silenciamos quando se abre um debate mais acirrado sobre o tema. As identidades são contraditórias por conta dos deslocamentos e da transnacionalidade. Segundo Stuart Hall, em *A identidade em questão*, a identidade pode ser fraturada por identificações rivais e deslocantes, “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2006, p. 21). Ou seja, os indivíduos são formados subjetivamente por meio de sua participação em relações sociais mais amplas e o papel que nelas desempenham. De modo que a integração do indivíduo na sociedade é uma preocupação porque depende de fatores adversos, independente de atos institucionais ou iniciativa pública.

Narrativas fronteiriças

O povo fronteiriço, como participantes desse território dotado de paradoxos e complexidades, são sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais

que não foram relatadas e deixaram de ser parte do arquivo sul-mato-grossense. Mais que isso, deixa de ser testemunho de uma memória e suas inter-relações no tempo e no espaço. Minha ênfase na dimensão temporal se dá por conta da falta de levantamento histórico local, bem como o que compreende o termo “discurso do silêncio”, assunto que tem dominado as discussões dentro do Programa Escolas de Fronteira. Esta nossa denominação de fronteira esconde um território onde a memória e as lembranças de ontem são caminhos ainda não transitados, são histórias esquecidas que não conheceram o presente e da mesma maneira, não conhecerão o futuro. Isso não quer dizer que seja o narrador o validador de uma história, mas é ele quem reconhece os elementos do tempo e espaço com o aval do leitor.

A arte de narrar será sempre a arte de voltar a contar, e se essa arte não cumpre seu papel, perdem-se as histórias. Por sua vez, as experiências escritas não apenas superam o tempo, como também faz do leitor cúmplice de suas ficções e espaços propostos. Em nosso caso, continuamos a perder. Após verificar os relatórios sociolinguísticos, as entrevistas, os artigos escritos pelos membros do Programa Escolas Interculturais de Fronteira - PEIF, pode-se atribuir ao município brasileiro as condições de regulador da experiência de desigualdade nas trocas culturais, já que a língua predominante é a portuguesa. No entanto, nesse caso específico, ela furtou-se em traduzir as reverberações dos habitantes e imprimir as marcas de seu ser poético na mente dos leitores, explorando o conceito de identidade de uma geocultura específica. Por tudo isso, torna-se necessária a construção de um discurso emergente em torno do que não foi escrito, o que seria pauta para um futuro estudo que pudesse de fato configurar o campo dos estudos narrativos, propiciando o desenvolvimento dos intercâmbios humanos e suas implicações sociais, afetivas e culturais a partir de uma perspectiva consciente do próprio indivíduo fronteiriço.

Do lado boliviano ocorre um silenciamento semelhante ao do Brasil, embora provocado por questões bastante distintas. Puerto Quijarro e Puerto Suárez são municípios relativamente novos, presume-se que suas fundações estejam marcadas nos anos 40, (não há uma data determinada) e são pertencentes à província de Santa Cruz. A autonomia local é redimensionada cada vez mais pelo comércio de mercadorias, provenientes dos mais diversos lugares do mundo, vendidas ao consumidor brasileiro. É essa economia, legalizada ou clandestina, que possibilita melhores condições de vida a essas pequenas cidades. Apesar de dependente dos fluxos midiáticos, é uma comunidade que preserva seus valores, conserva a cultura indigenista, em todas as suas vertentes, e são municípios em intensa transformação. Porém, no desenvolvimento de material literário, há certo atraso nos ritmos de produção. A professora Claudia

Bowles Olhagaray, em palestra proferida nos cursos de formação das Escolas Interculturais de Fronteira, nos dias 03 e 04 de setembro de 2014, advertiu que na Bolívia existe uma categorização sociocultural binária conhecida como Collas e Cambas. Os primeiros são habitantes do ocidente e representam a imagem andina da Bolívia, enquanto os pertencentes ao segundo grupo vivem no oriente e representam a parte mais rica do país, além de associados ao tipo europeu. São quase dois países distintos dentro da Bolívia. Por conta disso, a parte dos collas tardou muito a ter acesso à produção literária e, ainda hoje, sofre a escassez de investimento desenvolvimentista. Os avanços científicos e tecnológicos só agora estão chegando à região e, segundo, os professores de ensino básico que frequentaram os cursos de capacitação do PEIF, só depois da implantação do governo Evo Morales é que foram de fato chamados para assumir um papel de protagonistas na formação educacional, o que lhes permitiu acesso a cursos de níveis superiores (graduação) por meio de um trabalho de ensino à distância.

Este quadro tem sido desafiador. De um lado o Brasil, representado pelo município de Corumbá, que ignora, ou tenta ignorar, a cultura vizinha e, do outro, o vizinho que não tem tecnologia suficiente para produzir e preservar suas próprias narrativas à margem da fronteira. O que encontramos foi alguma literatura em um modo de “produção doméstica” que trata da oralidade, das lendas onde sempre as famílias são os protagonistas evocando uma experiência tribal, ou o que eles chamam de “Mitologia Colla ou Aymara”. Dentre estes, encontram-se lendas la Pachamama, cujo dia é comemorado em primeiro de agosto. Nesse dia se enterra, perto de casa, uma panela de barro com comida cozida para alimentar a Pachamama. Também pode-se acrescentar coca, vinho, cigarros como complemento. Ainda nesse dia, usam-se cordões de fios brancos e pretos confeccionados com lã de llama, tecidos da direita para esquerda. Estes cordões se amarram no pulso ou no tornozelo para evitar o castigo da Pachamama. Essa lenda é contada de diversas maneiras. Com uma pequena pesquisa, percebemos que ela muda conforme a localização geográfica dos collas.

O relator ou relatores dessas narrativas transmitem o saber da comunidade, o que não é um texto literário e sim a exposição de um bem conhecido e compartilhado na sociedade. É uma marca formal que evidencia a conexão com o passado, uma marca de pertencimento a uma comunidade, já que alude a acontecimentos históricos importantes para um grupo étnico. Muitas dessas histórias relacionadas ao mito indígena, do lado sul-mato-grossense, se perderam, pois a literatura oral, de certo modo, foi desprezada. Não é o que ocorre na fronteira com o Paraguai, por exemplo, onde se encontram relatos constitutivos e próprios. Seus habitantes preservaram os fatos históricos e culturais.

Helio Serejo, escritor fronteiriço, desenvolveu um trabalho amplo e detalhado sobre a cultura que integra Brasil e Paraguai pelo lado sul do estado. O próprio narrador pertencia à cultura dessa fronteira, o que o favoreceu. A falta desse narrador, nesta zona limite, resulta na falta de enfrentamentos com a cor local. É inegável o pertencimento de Manoel de Barros ao Pantanal. O próprio escritor em diversas entrevistas faz questão de situar sua origem pantaneira, como também a própria obra manifesta a comunhão do local com a sua linguagem. Talvez por sua literatura ter sido alçada como a mais representativa, os escritores vão se sucedendo seguindo essa rede de relações atreladas à natureza pantaneira. As tentativas de associar o Pantanal, ou a natureza local, a Mato Grosso do Sul são comuns em diversos setores e extrapolam os limites estaduais repercutindo nacionalmente, uma vez que o país como um todo explora a imagem da natureza como uma forma de incentivar o turismo ecológico. Com a literatura essa identificação com a natureza também ocorre dentro e fora dos limites da região. Em meio a esse fomento literário surge a pergunta: por que há tantas dificuldades em pensar e apreender a cultura desta fronteira?

Segundo Antônio Cândido, em seu ensaio intitulado “Literatura e subdesenvolvimento” (1972, p. 347), a literatura funciona como o descobrimento e reconhecimento da realidade do país. Tomando como ponto de partida o atraso e o subdesenvolvimento, bem como sua repercussão na consciência do escritor, o crítico faz uma demonstração das relações culturais entre as periferias latino-americanas e adverte os escritores da criação de obras maduras e originais que serão assimiladas pelas futuras gerações, e porque não dizer, outros povos.

Como se posiciona Cândido (1972), falta, e é evidente, essa repercussão na consciência dos escritores locais, também o sentimento de incapacidade de apreender a complexa cultura que envolve essa territorialidade e se desdobra, mais especificamente, no político-social.

Escola de fronteira

As escolas de formação básica localizadas em faixa de fronteira, cada vez mais, recebem alunos bolivianos e, escolas bolivianas os alunos brasileiros, considerando que alunos bolivianos registrados no Brasil são brasileiros, ainda que toda sua cultura esteja enraizada na Bolívia. Uma complexidade que desencadeia diversos questionamentos a respeito da educação oferecida a essas crianças e adolescentes: o que ensinar e como ensinar.

Talvez uma solução mais eficiente fosse um currículo com conteúdos

equivalentes, o que foi previsto no Programa Escolas de Fronteira, mas não chegou a ser posto em prática, visto que o projeto exigia um tempo maior para a aproximação dos professores, sem contar que a Bolívia efetivamente não fazia parte do Mercosul, o que dificultou as relações. A riqueza cultural poderia ser explorada, em ambos os lados, e convertida em conteúdos para a formação e ampliação da visão de mundo de alunos pertencentes às mesmas escolas, de modo a combater o preconceito linguístico e cultural existente entre as duas nacionalidades que partilham as mesmas salas de aula e a mesma instituição de ensino.

Os professores que atuam no município sentem a obrigação de capacitar o aluno para o contexto, mas sentem-se impotentes diante dos enredamentos que se apresentam. É um público distinto e precisa de uma capacitação também diferenciada da que ocorre no centro do estado. Os alunos possuem a mesma faixa etária, porém com culturas, hábitos, costumes, idiomas e nacionalidades diferentes e educados simultaneamente numa mesma sala de aula, com um único professor e uma mesma rotina escolar.

O futuro da educação, como o futuro das relações entre as cidades fronteiriças implica planejar com seriedade muitas perguntas, algumas já respondidas por pesquisadores de distintas áreas, porém a maioria segue sem solução, ou pior, não foram formuladas. Para exemplificar, retomo a questão do pertencimento, da identidade de crianças que sequer sabem, com segurança, qual sua nacionalidade. Se perguntados vão responder que são brasileiros, pois a família instrui que assim se portem. Mas, às vezes, sequer sabem falar a língua portuguesa, o que desconstrói, perante o colega de classe, todo o argumento formulado pela família. A criança passa a sentir-se insegura sem saber qual postura assumir. Em casa, ele é brasileiro quando todos são bolivianos, na escola, ele é boliviano quando todos são brasileiros. Uma situação bastante delicada para o professor que não pretende imputar juízo de valor a nenhuma das culturas, mas em muitos casos isso acaba implícito.

Esses estudantes, em um número aproximado de 800 alunos, cruzam a fronteira todos os dias para receberem uma qualificação totalmente brasileira. Os conteúdos são ministrados conforme orienta as organizações brasileiras, de modo que o aluno fica despreparado para seguir carreira na Bolívia. Muitos são filhos de bolivianos que trabalham em Corumbá, como nas feiras livres, no comércio como ambulantes e em outros setores que permitam um profissional liberal. Embora os pais saibam da ocorrência assídua do preconceito, mantêm seus filhos nas escolas brasileiras almejando uma melhor qualificação.

Para Viana Neto (2005, p. 290),

O multiculturalismo busca um redimensionamento de fronteiras e fechamentos característicos da epistemologia monocultural e a problematização de conceitos, como os

de identidade, diferença, igualdade, justiça, relativismo, universalismo, racionalismo, subjetividade, cidadania, ética, direito, inscritos no projeto da modernidade das democracias liberais, que fazem da integração da diferença um dos fundamentos de sua legitimidade. Podendo-se avaliar, entretanto, que a complexidade das mutações sociais implica uma reestruturação profunda de identidades e suas representações, não é difícil concluir que a integração formal ou legal, garantida constitucionalmente, diluindo-se o conceito de diferença na da igualdade prometida pela cultura política ocidental.

Alguns analistas de políticas multiculturais entendem que, apesar da retórica pluralista de integração das diversas formações culturais e identitárias em uma mesma região, torna-se cada vez mais complexa a pedagogia da integração. Entretanto, por meio de atos institucionais ou de iniciativas públicas, cujo o objetivo é reconhecer, tolerar e estimular a diversidade, garante-se uma integração com menos perda de referências identitárias e multiculturais.

Considerações finais

Como participantes ativos desse processo, seguimos com a escola como espaço de acolhimento de indivíduos com saberes e vivências diferenciados, tornando-se um lócus de diálogo e disseminação da cultura, igualitário. Pode transformar-se em um espaço homogeneizador silenciando a voz do preconceito, ou pelo menos diminuindo. As relações multiétnicas demandam inúmeras tarefas sociais, desde a preocupação com a identidade cultural dos alunos até em criar condições de valorização e respeito entre todos, de forma que no seu interior se possa contemplar a pluralidade e a integração entre as diferenças. Para isso é preciso o auxílio da Universidade oferecendo suporte metodológico e conteudístico, boa vontade por parte do governo para custear essa formação contínua e apoio da população, sobretudo no que diz respeito a preconceitos. Pais devem aprender o que é interculturalidade, sua importância no processo de desenvolvimento social e econômico com o intuito de educarem seus filhos ainda em tenra idade. É um trabalho bastante extenso, pois envolvem várias gerações e algumas mais difíceis de serem alcançadas, mas que é imprescindível para um posicionamento mais justo dentro do contexto de fronteira.

Também a produção cultural do estado deveria focar as temáticas fronteiriças, como o cinema, por exemplo, que tem acessibilidade a várias gerações e camadas sociais, narrando situações pertinentes ao lugar. De forma semelhante, os escritores locais deveriam se apropriar dos elementos produzidos pela cultura desta zona fronteiriça para apreender a complexa relação que envolve esta territorialidade, desdobrando a cultura do lugar para que sejam visíveis e apreciadas por outras regiões.

Referências

CANDIDO, Antonio. Literatura y subdesarrollo. In: FERNANDEZ MORENO, Cesar (Org.). *América Latina y su literatura*. México: Siglo XXI/Unesco, 1972.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

VIANA NETO, Arnaldo Rosa. Multiculturalismo e Pluriculturalismo. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

OLHAGARAY, Claudia Bowles Olhagaray. "A literatura boliviana". Palestra proferida nos cursos de formação das Escolas Interculturais de Fronteira. Corumbá: 03/04 de setembro de 2014.

Revista Boletín literário. *Centro pedagógico y cultural Simón I. Patiño*. Centro de literatura boliviana. Santa Cruz, Bolívia, Junio, año 8, n. 17, 2010.

